PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA (treino para DPE/GO)

**QUESTÃO 01**

Atendo-se à disciplina da Defensoria Pública na Constituição Federal, assinale a afirmativa **incorreta.**

A) A competência para legislar sobre assistência jurídica e Defensoria Pública é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

B) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

C) A Defensoria Pública é instituição permanente, expressão e instrumento do regime democrático, conforme explícita previsão constitucional.

D) Topologicamente, a Defensoria Pública está inserida no capítulo das Funções Essenciais à Justiça.

E) É assegurada aos integrantes da Defensoria Pública a garantia da vitaliciedade.

**QUESTÃO 02**

Sobre assistência jurídica e acesso à Justiça na normativa internacional, assinale a alternativa correta.

A) A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma expressamente que todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

B) De acordo com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, toda pessoa acusada de um delito terá direito a determinadas garantias mínimas, como dispor do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa. No entanto, não há previsão expressa da garantia de comunicar-se com defensor de sua escolha.

C) A Convenção Americana de Direitos Humanos não prevê o direito do acusado de defender-se pessoalmente, dispondo também que o acusado pode renunciar ao direito de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado.

D) A OEA não apresenta posicionamento coerente e consistente acerca das Defensorias Públicas, de modo que inexiste uma recomendação clara aos Estados membros quanto ao tema.

E) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos não prevê ao acusado a garantia de ter um defensor designado *ex-offício* gratuitamente, se não tiver meios para remunerá-lo.

**QUESTÃO 03**

Sobre o acesso à justiça e os modelos de assistência jurídica, assinale a alternativa **incorreta**.

A) As reformas oriundas de um enfoque de acesso à Justiça não estão isentas de limitações e riscos, de modo que – de certa forma – sua adoção deve estar atenta ao sistema jurídico, político e social em que estarão inseridas.

B) O acesso à Justiça pode ser concebido como duplo programa de reformas e também como método de pensamento.

C) A terceira onda renovatória do acesso à Justiça significou a representação dos interesses difusos.

D) O modelo de assistência jurídica previsto constitucionalmente no Brasil é o público, a ser garantido por meio dos serviços da Defensoria Pública.

E) Os obstáculos para o pleno acesso à Justiça não se reduzem apenas ao fator econômico.

**QUESTÃO 04**

São direitos dos assistidos da Defensoria Pública previstos expressamente na Lei Orgânica Nacional (Lei Complementar nº 80/94), **exceto**:

A) a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções;

B) o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural;

C) o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público;

D) o atendimento por senha em ordem de chegada, observadas as prioridades legais;

E) a qualidade e a eficiência do atendimento.

**QUESTÃO 05**

De acordo com as previsões expressas da Lei Complementar Estadual nº 130/2017, assinale a alternativa correta.

A) O ingresso na Carreira será sempre na Quarta Categoria (inicial) e de acordo com as demais exigências previstas na referida Lei Complementar.

B) A capacidade postulatória do Defensor Público do Estado decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.

C) A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado e os Centros de Atendimento Multidisciplinar da Capital e do Interior são órgãos de apoio.

D) O Defensor Público-Geral do Estado será nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista sêxtupla formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e facultativo de seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

E) Incumbe ao Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, dentre outras atribuições, supervisionar os trabalhos dos Núcleos de Defensorias Especializadas e dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado.

**QUESTÃO 06**

Conforme as previsões expressas da Lei Complementar Estadual nº 130/2017 acerca da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, assinale a alternativa correta.

A) O Ouvidor-Geral poderá ser destituído do cargo por ato do Defensor Público-Geral do Estado, mediante decisão de 3/5 (três quintos) dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

B) O Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado será escolhido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrantes da Carreira de Defensor Público do Estado, indicados em lista tríplice, formada por integrantes da sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução;

C) À Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado compete participar, com direito à voz e voto, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;

D) À Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado compete elaborar e divulgar relatório anual de suas atividades que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos;

E) À Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado não compete contribuir para a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços realizados pela Defensoria Pública do Estado.

**QUESTÃO 07**

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 130/2017, julgue as afirmações a seguir (como verdadeiras – “V” – ou falsas – “F”) e assinale a sequencia correta.

I – O concurso público para ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de Goiás será realizado pela Defensoria Pública do Estado com validade de até 2 (dois) anos, prorrogável por igual período.

II – É obrigatória a abertura de concurso de ingresso quando o número de vagas atingir 1/3 (um terço) dos cargos iniciais da Carreira de Defensor Público do Estado e, facultativamente, quando o exigir o interesse público, observando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – Um dos requisitos para a posse do nomeado é possuir 3 (três) anos de atividade jurídica, nos termos do disposto no artigo 134, § 4º e 93, inciso I da Constituição Federal, comprovada no momento da posse no cargo.

IV – O estágio probatório compreende os três primeiros anos de exercício e os requisitos necessários à confirmação na carreira são: idoneidade moral; assiduidade e pontualidade; disciplina e aptidão; eficiência; e zelo funcional.

A) F, V, V, V

B) V, F, V, F

C) V, V, V, V

D) F, V, V, F

E) V, V, F, V

**QUESTÃO 08**

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 130/2017, é **incorreto** afirmar que:

A) Aos membros da Defensoria Pública do Estado é vedado exercer a atividade empresarial ou participar de sociedade empresária, inclusive na qualidade de cotista ou acionista.

B) É prerrogativa do membro da Defensoria Pública do Estado deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral do Estado, com as razões de seu proceder.

C) É defeso ao membro da Defensoria Pública do Estado exercer as suas funções em processo ou procedimento em que for interessado cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o 3º (terceiro) grau;

D) Os membros da Defensoria Pública do Estado são passíveis das seguintes sanções disciplinares: advertência; censura; remoção compulsória; suspensão por até 90 (noventa) dias; cassação de disponibilidade e de aposentadoria; e demissão.

E) O abandono do cargo, assim considerado o não-comparecimento do Defensor Público ao serviço por mais de 30 (trinta) dias, está sujeito à pena de demissão, tendo sua punibilidade extinta pela prescrição em 5 (cinco) anos.

**GABARITO**

01) E

02) A

03) C

04) D

05) B

06) B

07) C

08) A

Bons estudos e uma ótima prova!